



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

INFREQUÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: breves apontamentos sobre a infrequência escolar no CIEP Hélio Pelegrino

MARIANA CLAUDIA RODRIGUES MOTA ¹
ROSANA FERNANDES DA SILVA ¹

RESUMO: ESTE ESTUDO OBJETIVOU LEVANTAR E RELATAR DE FORMA BREVE A PESQUISA DE CAMPO REALIZADA NO CIEP HELIO PELEGRINO. TRATA-SE DE UM LEVANTAMENTO EMPÍRICO A PARTIR DE ANÁLISE DOS ATENDIMENTOS E CUJO MÉTODOS PARA COLETA DE DADOS UTILIZOU APREENSÃO DOS RELATOS DOS ALUNOS, FAMILIARES E EQUIPE MULTIDISCIPLINAR A PARTIR DOS ATENDIMENTOS SOCIAIS FOI POSSÍVEL PERCEBER A IMPORTÂNCIA DA BUSCA ATIVA, BEM COMO O ATENDIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS VÁRIAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL FOI POSSÍVEL PERCEBER QUE OS DESAFIOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS AINDA SÃO MÚLTIPLOS E QUE NECESSITAMOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICAZES .

Palavras chaves: Infrequência e evasão escolar, trabalho multiprofissional e intersetorial e direitos sociais

ABSTRACT: THIS STUDY AIMED TO RAISE AND BRIEFLY REPORT THE FIELD RESEARCH CARRIED OUT AT CIEP HELIO PELEGRINO. IT IS AN EMPIRICAL SURVEY BASED ON AN ANALYSIS OF SERVICES AND WHOSE METHODS FOR DATA

¹ Profissional de Serviço Social. Secretaria De Educação Do Estado Do Rio De Janeiro/ Universidade Estadual Do Rio De Janeiro

COLLECTION USED APPRECIATION OF THE REPORTS OF STUDENTS, FAMILY AND MULTIDISCIPLINARY TEAM FROM THE SOCIAL WORK2W, IT WAS POSSIBLE TO UNDERSTAND THE IMPORTANCE OF ACTIVE SEARCH, AS WELL AS SOCIAL SERVICE IN THE VARIOUS EXPRESSIONS OF THE SOCIAL ISSUE. IT WAS POSSIBLE TO SEE THAT THE CHALLENGES FOR THE GUARANTEE OF RIGHTS ARE STILL MULTIPLE AND THAT WE NEED EFFECTIVE PUBLIC POLICIES.

Keywords: School infrequency and dropout, multiprofessional and intersectoral work and social rights

1 INTRODUÇÃO

Apreender o fenômeno da infrequência escolar sempre foi uma necessidade, mas, no momento atual, a adesão do aluno após o período que o acesso a unidade escolar tivera suspenso por recomendações de proteção sanitária devido a COVID 19, torna-se ainda mais desafiador. A crise pós pandêmica que reflete no ensino pode agravar ainda mais as manifestações da questão social não só no momento atual, mas nas gerações futuras.

Segundo os dados do IBGE (2022), a situação das crianças e dos adolescentes fora da escola no período de pandemia foi de 171%. Este percentual comparado ao ano letivo anterior evidencia que aumentou cerca de 150 mil alunos. Neste contexto, também está presente àqueles alunos que mesmo tendo conseguido acessar a escola tiveram dificuldades de se adequar ao ensino remoto. Em todo esse processo, ocorreu o risco de aumentar ainda mais a desigualdade social.

Segundo o painel interativo do coronavírus no Brasil, a taxa de letalidade do vírus

diminuiu significativamente. Desta forma, as autoridades sanitárias orientaram a reabertura das escolas com os devidos protocolos de segurança e sabe-se que, no momento, é facultativo o uso de máscaras protetoras. Com o acesso livre a escola, reflete-se sobre quanto tempo será necessário para recuperar esses alunos, pois constata-se que alguns alunos não conseguiram retornar e outros, ainda estão são considerados faltosos. Diante deste quadro, este estudo tem como propósito apreender até que ponto as expressões da questão social interferem na infrequência escolar.

Os impactos da pandemia na educação, principalmente, nas escolas públicas requerem investimentos e estratégias de retorno escolar. Portanto, a garantia de direitos de crianças e adolescentes à educação requer ações eficazes, pois o período fora dos muros escolares tende a contribuir para que a evasão escolar ocorra principalmente nas famílias em situação de vulnerabilidade social.

No estado do Rio de Janeiro, para fortalecer o combate a infrequência escolar foi implantado, em dezembro de 2021, a primeira etapa do Projeto Mulheres Apoiando a Educação (M.A.E.). Este projeto consiste em apoiar o retorno dos alunos do ensino médio as unidades escolares e atualmente também contam com a participação ativa de assistentes sociais. Busca-se combater a evasão escolar agudizada pela pandemia COVID-19. O Professor Ney Teixeira (2022), na palestra de recepção aos assistentes sociais, ressaltou que a sociedade capitalista possui condições objetivas a serem enfrentadas que demandam respostas e, entre outras observações, relatou que se deve-se ter o cuidado de não responsabilizar as famílias nas intervenções. O professor deixou claro que este é um desafio para a continuidade do trabalho cujo campo de atuação é permeado por tensões nos campos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Este estudo ao apreender as expressões da questão social, sempre reinventada e agora redimensionada pelo COVID-19, pretende refletir sobre os motivos da infrequência escolar presentes no CIEP Hélio Pelegrino no ano de 2022. Para aprofundarmos o debate é necessário identificar quais são as possíveis barreiras que levam a infrequência escolar. Nesta perspectiva, também pretendemos contribuir sobre as causas da infrequência escolar pós pandemia COVID-19.

Para o desenvolvimento do presente estudo foram utilizadas pesquisas bibliográficas e intervenção empírica. O estudo é fruto de pesquisa de campo no qual identifica-se necessidades de intervenções e de provocações em diferentes instancias, que aliada a

teoria, visa a transformação da realidade. Envolve, assim, olhares empíricos que estão articulados ao contexto global e que se insere a uma sociedade cindida em classes.

O estudo divide-se, além da introdução, em mais duas partes. Na primeira, apresenta-se o panorama sobre infrequência escolar e evasão. Na segunda parte, apresenta-se o CIEP como escola pública, no segmento do ensino médio, bem como apontamentos sobre as expressões da questão social encontradas. Por fim, apresentamos as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 EDUCAÇÃO COMO GARANTIA DE DIREITOS

Para o desenvolvimento da sociedade é necessário que todos tenham acesso a educação escolar. Assim, constitui-se como um dos direitos sociais da Constituição Federal de 1988. O que já era realidade em outros países, só na década de 1930 emerge o movimento da Escola Nova apontando que a escola deveria ser pública, gratuita e laica. Ainda, na atualidade, há o desafio de a escola se integrar a sociedade e ao contexto da realidade dos seus alunos. Para Anísio Teixeira (1956), a educação deveria ser para todos. Conforme o autor, entende-se que a escola deve ser gratuita e que é um importante instrumento para o processo democrático.

Como bem nos assegura Teixeira (idem), para que o país se desenvolvesse era necessário que a escola deveria ser universal; diferente da escola tradicional que era restrita a elite. Evidenciava que na escola também deveria ser um ambiente propício a alimentação e a saúde.

Conforme explicado acima, é interessante destacar que o autor tinha ideias revolucionárias para aquele período no contexto brasileiro, por isso, ficou conhecido como responsável pelo movimento da escola nova. O movimento da vida social repudia a educação estática e reprodutora de modelos hegemônicos. Em uma perspectiva histórica, infere-se que o enfrentamento das manifestações das desigualdades sociais era objeto de estratégia do autor para o progresso da educação escolar no Brasil.

Para adensar o debate acerca sobre as desigualdades sociais, estas se manifestam na sociedade capitalista. Segundo Yamamoto (2015), é um movimento cujo combate rege-se

entre o moderno e o arcaico. Pode-se dizer que ao contextualizarmos a educação, essa política pública vem atuando de forma precarizada desde os seus primórdios e na atualidade o quadro ainda indica muitas fragilidades. Vê-se que crianças e adolescentes pobres tendem a ter uma formação escolar questionável tendo em vista que se repete continuamente os altos níveis de infrequência e evasão escolar no estado brasileiro.

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZAROS, 2008, p.65).

Conforme explicado, o tema educação nos convida a pensar para além da lógica do capital, acima dos lucros e dos interesses particulares que tanto oprime o trabalhador. Por exemplo, a educação que tem o ser humano como referência deve superar a lógica dos fundamentos do individualismo, do lucro e da competitividade.

A educação é um processo que exige recursos públicos para que seja de qualidade. Não se pode economizar na educação principalmente quando o objetivo é formar seres humanos com potencialidades mais criativas.

É custoso e caro porque são custosos e caros os objetivos que visa. Não se pode fazer educação barata. Se é a nossa defesa que estamos construindo, o seu preço nunca será demasiado caro, pois não há preço para a sobrevivência (TEIXEIRA, 1994, p.175).

O autor deixa claro que é necessário investir em educação; assim, combate-se a infrequência e a evasão escolar. Diante disso, é necessário aumentar o orçamento das políticas públicas de educação para que ela seja universal e gratuita. Cada vez mais sucateada, o poder público acaba por estimular o abandono escolar, pois tende a não oferecer atrativos para os seus alunos.

Vê-se, pois, que essa realidade aliada a uma visão estereotipada das famílias cujas questões subjetivas estão fragilizadas e nos remete a problemas recorrentes na comunidade escolar. Além de pouco investimento na educação, o capital humano que circula nas escolas convive com situações contemporâneas, como por exemplo, bullying, transtornos alimentares e emocionais, escolhas sexuais e violências diversas.

O poder público, ao longo dos anos, tende a criminalizar as famílias². Para Miotto

²Para entender a naturalização do Estado frente a responsabilização da família, Esping-Anderson (2000) conceitua a desfamiliarização. Tal conceito exige uma maior atuação do poder público no

(2006), o Estado, representado por diversos agentes sociais, classifica as famílias entre capazes e incapazes. É uma forma de naturalizar a desigualdade social e responsabiliza-las mediante uma rede de proteção social ineficaz.

2.2 CIEP HELIO PELEGRINO: Atendimentos aos alunos e suas respectivas famílias em situações de vulnerabilidade social

As políticas voltadas para a evasão escolar constituem-se como preocupação para a sociedade como um todo. Combater o gradativo distanciamento do aluno na sala de aula é uma medida que se faz necessária, pois, de forma preventiva, se combate a desigualdade social. Diante dessas e outras observações é que o Serviço Social foi chamado para atuar nas escolas do Estado do Rio de Janeiro. Supõe-se que iremos colaborar na defesa de direitos sociais cujas situações concretas são apontadas como limitantes ao acesso escolar, bem como em situações que ainda precisam ser desveladas. Está intrínseca, na sociedade capitalista, que há relação entre as demandas dos alunos e as contradições existentes na concretude da vida social. Fica evidente, que para a população empobrecida as consequências são nefastas: “[...] no capitalismo a universalização da educação é irrealizável” (MACENO, 2019, p.74). Apreende-se que a exclusão do aluno da sala de aula, trata-se de um projeto de classe.

Neste contexto o CEFSS (2012), deixa claro que há uma complexidade social e que a escola, dentro dessa dinâmica, deve estar vinculada ao contexto familiar do aluno. Em todo esse processo, por ser um espaço privilegiado, a escola também tem que ser um espaço que tem como desafio buscar ser um ambiente de qualidade.

Diante dessas e outras observações é que o Serviço Social foi chamado para atuar nas escolas do Estado do Rio de Janeiro. Supõe-se que iremos colaborar na defesa de direitos sociais cujas situações concretas são apontadas como limitantes ao acesso escolar, bem como em situações que ainda precisam ser desveladas. O Plano de Trabalho desenvolvido nas escolas do Estado do Rio de Janeiro é denominado como Projeto ECO – Escola Criativa de Oportunidades que tem como sub projeto Mulheres Atuando na

âmbito social.

Educação (M.A.E.) . O CIEP Hélio Pelegrino é uma das unidades das escolas estaduais que atua no combate da infrequência e a da evasão escolar. Para tanto dispõem do auxílio ativo de 14 M.A.Es e 02 assistentes sociais. Diante desta premissa, atuamos para conhecer as barreiras que dificultam o acesso dos discentes a unidade escolar e, assim, buscamos combater a infrequência escolar.

O CIEP Hélio Pelegrino está localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Recebe alunos de seu entorno, de outros bairros e de municípios vizinhos. A escola possui 1.180 alunos matriculados no Ensino Médio (1º, 2º e 3º ano) nos turnos diurno e noturno. Neste contexto e dinamicidade, o trabalho proposto pelo Serviço Social contribui com o processo de busca ativa e de prevenção a infrequência escolar. Atende-se aos alunos e suas famílias cujos direitos, ao serem violados, sofrem alguma expressão da questão social. Para Iamamoto (2015) , a expressão da questão social é associada a desigualdade social da sociedade capitalista.

De início, já no campo de trabalho, entre as demandas da direção e do corpo docente, bem como dos alunos, percebe-se que as famílias dos alunos ausentes e/ou infrequentes ao serem localizadas, em sua maioria, demonstram satisfação com o processo que potencializou a busca ativa já realizada pela escola. Como o ensino médio é composto por alunos que já ingressaram na faixa etária da adolescência e que já tem relativa autonomia para acessarem a escola sem a presença dos responsáveis, identificamos que as faltas escolares, em alguns casos, não são do conhecimento dos familiares. Assim, observa-se que além de questões de ordem estrutural, foram levantados motivos de infrequências que são de ordem subjetivas. Para Guerra (2005), no âmbito profissional devemos nos ater entre as condições objetivas e subjetivas. Por ser uma profissão que se constitui a profissão, na defesa de direitos, verifica-se que muitas das vezes as funções de cuidados e de proteção intrafamiliar tende a estar em situação de risco social. Na práxis, observa-se que teoria e prática estão interligadas a partir de determinantes históricos.

Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais [...] as configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas [...]. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informado por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais. (IAMAMOTO, 2015, p. 156).

Segundo os relatos empíricos dos responsáveis dos alunos, a impossibilidade de

frequentar o banco escolar de forma assídua pode ser adiada por motivos diversos, entre eles, gravidez precoce, alistamento militar, necessidade de o adolescente trabalhar para colaborar nas despesas domésticas e falta de dinheiro para comprar o uniforme escolar. Para amenizar a situação deveríamos contar com políticas públicas eficazes. Para Yazbeck (2006), as políticas sociais implantadas não vêm contribuído para as condições de pobreza da população brasileira. Conforme citado pela autora, infere-se que há barreiras de ordem estrutural, como o desemprego³ e a precária distribuição de renda. O reduzido empenho no campo social, tem um reflexo direto no contexto escolar.

Observa-se problemas de saúde que se desdobram em situações de doenças físicas e psíquicas. Assim, intervimos com orientações sociais visando que os alunos e seus familiares tenham acesso a rede de saúde. Busca-se, no acesso a saúde a possibilidade de ampliar os direitos sociais. A situação de acolhimento aos alunos e seus respectivos familiares se faz necessário como forma também de aproximá-los a rede de saúde. O acolhimento é uma prática reflexiva e educativa que tem por objetivo informar, bem como esclarecer sobre possíveis direitos sociais que possam vir a ter. Como por exemplo, orientamos sobre o Benefício de Prestação continuada as famílias cujos filhos possuem algum tipo de deficiência.

Nas reuniões de conselho de classe, observa-se que também há uma tendência em prestigiar alunos que são considerados destaques na sala de aula. Por outro lado, há situações que alguns alunos são citados com dificuldades de aprender determinada matéria e, entre os motivos do baixo rendimento escolar, está o desinteresse por parte do aluno. Entende-se, assim, que a não apreensão dos elementos da questão social quando analisada na sua imediatividade tende a excluir, mesmo que paulatinamente, o aluno do banco escolar. Para Mello (2003), a escola reproduz três fatores que são considerados como fracasso escolar. Aponta que a escola possui seu grau de responsabilidade, que a pobreza adicionada ao desinteresse da família e que o aluno pode ser considerado culpado quando, mediante as disciplinas ofertadas, demonstra desinteresse, não se esforçando o suficiente e, conseqüentemente, dificultar o processo de aprendizagem. Observamos, em equipe multidisciplinar, que há alunos cuja imediatividade pode parecer desinteressado, mas em uma abordagem individual de acolhimento, percebe-se que há fatores objetivos que contribuem para esse fator subjetivo.

3 Segundo o PNAD (2022), o número de pessoas desocupadas no terceiro trimestre de 2022 é de 10,080. Na região sudeste este número representa uma taxa de 9,3%.

Identificamos que algumas famílias relatam que o adolescente tem o desejo de trabalhar, seja como jovem aprendiz, seja como trabalho informal. Nas entrevistas sociais, os adolescentes informam que além da necessidade de contribuir com as despesas da casa, também querem adquirir bens de necessidades pessoais, mas que são simbólicos. Como exemplo temos tênis de marca e roupas com estampas de grifes.

Há famílias que estão inscritas no cadastro único e recebem o Benefício Auxílio Brasil, entretanto o valor recebido, mediante a alta inflação, é declarado como pequeno. O valor da transferência de renda não consegue fazer jus as despesas domésticas e, assim, há uma tendência de o adolescente ter a iniciativa de querer trabalhar. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, o trabalho infantil caracteriza-se como grave violação de direitos. Trata-se de um fator que aparece como necessidade para algumas famílias. Aparece também o trabalho em ambiente doméstico. Tal trabalho pode ser justificado pelo fato de o adolescente necessitar tomar conta dos irmãos menores enquanto o responsável familiar sai de casa para trabalhar. Trata-se de uma realidade que expõe a possíveis riscos ocupacionais que podem afetar a saúde⁴ e comprometer os estudos. Nas entrevistas sociais, as mães declaram dificuldade de conseguir vagas em creche. Quando conseguem, o horário é parcial. Também não se encontra na região escolas públicas de horário integral. Percebe-se também que nessas dinâmicas familiares persiste um desequilíbrio na divisão de tarefas domésticas. O trabalho de tomar conta das crianças menores é predominante feminina.

Ora, em tese, a pobreza limita o poder de acesso. Levantamos situações que interferem no processo de busca ativa. Durante a pandemia do COVID 19 as linhas de ônibus diminuíram e ainda carecem de serem normalizadas. Tal situação fere a Lei de Diretrizes e Base da Educação que tem entre seus princípios a igualdade de acesso escolar. Assim, tende-se a excluir sujeitos em processo de formação social que não se enquadram nos padrões homogêneos da sociedade.

Neste contexto de desigualdade social, entende-se que para intervir junto aos alunos e as suas respectivas famílias. É necessária uma rede de serviços que atue de forma

4O Instituto Ayrton Senna, ao pesquisar sobre o impacto do isolamento social na condição sociopsicológica dos estudantes de São Paulo, no total de 642 alunos, 70% dos estudantes relataram quadros de depressão ou ansiedade quando foram consultados a partir do retorno ao ensino presencial. Fonte: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/30/pandemia-prejudicou-condicao-psicologica-de-estudantes-mostra-pesquisa#:~:text=O%20estudo%20mostra%20que%2070,n%C3%BAmero%20muito%20grande%20e%20significativo>>. Consulta em 25/08/2022.

articulada, reunindo conhecimentos, práticas e estruturas sociais e culturais de diferentes setores dialogando entre eles em busca de ações que permitam ao cidadão o acesso as políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos.

A intersetorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à Proteção Social, à inclusão e enfrentamento das desigualdades sociais identificadas. Supõe a implementação de ações integradas e a superação da fragmentação da atenção às necessidades da população. Envolve a agregação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais. Nesse sentido transcende o caráter específico de cada Política e potencializa as ações desenvolvidas por essas políticas. Também, amplia a possibilidade de um atendimento integral aos cidadãos que dela se utilizam (YAZBEK, 2010 p. 25-26).

A autora deixa claro que em todas as direções, o ponto em comum é uma atuação intersetorial. Deve-se articular múltiplos saberes e instituições no intuito de estabelecer parcerias e coligações. No campo da educação, as dificuldades inerentes ao contexto educacional (em todos os níveis) não se relacionam exclusivamente à aprendizagem, mas também à evasão e ao fracasso escolar, à disparidade entre a série e a idade do aluno, à sucessão de repetências, às faltas contínuas e prolongadas, dentre outras questões que podem estar associadas a situações como trabalho infantil, violência doméstica, violência urbana, problemas relacionados ao uso de drogas, conflitos familiares, entre outras diversificadas situações que acentuam as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos que se relacionam nos espaços educacionais.

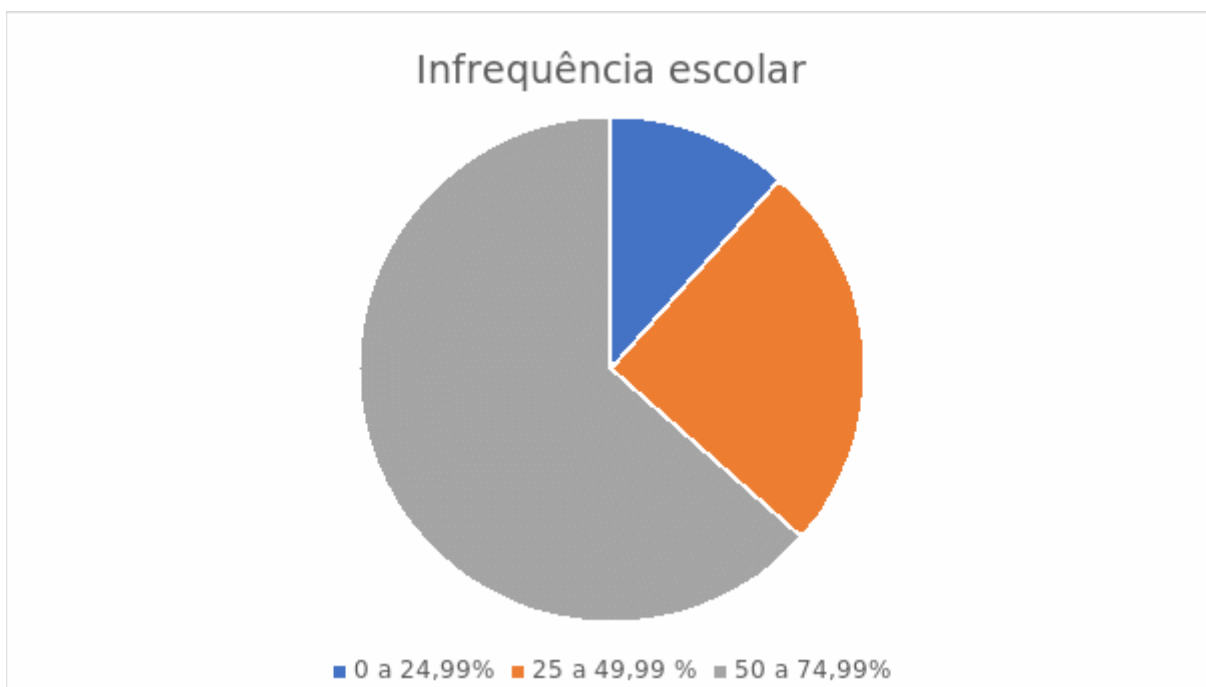
A intersetorialidade não é uma estratégia técnica, administrativa ou simplesmente gerencial. É um processo eminentemente político. Ela envolve interesses competitivos e jogo de poderes que, muitas vezes, se fortalecem cultivando castas intelectuais, corporações, linguagem hermética e auto referenciamento de seus pares. Por isso, a tarefa de intersetorializar não é fácil, mas também não é impossível, desde que todos estejam conscientes de que vale a pena persegui-la em prol da democracia. (PEREIRA, 2014, p. 37)

A intersetorialidade é um processo que conjuga diversas ações em rede, com diferentes setores e profissionais. Objetiva atender a demanda do usuário em sua totalidade. É uma forma de inclusão social no enfrentamento as expressões sociais.

As expressões da questão social que emergem no contexto escolar são diversas e complexas. Busca-se compreendê-las, como um dos objetivos de combater a infrequência e a evasão escolar. No relatório recebido pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, a escola em pauta, CIEP Hélio Pellegrino, demonstra o seguinte gráfico no primeiro semestre de 2022.

Gráfico 1

Dados de Infrequência Escolar do CIEP Hélio Pelegrino



O gráfico acima demonstra que no primeiro semestre, no quantitativo de 424 alunos infrequentes, cerca de 12% dos alunos já estavam na fronteira da evasão escolar. 25% dos alunos acusam uma expressão importante de taxa de infrequência e 63% dos alunos estão acima de 50% de frequência, mas não consegue atingir a taxa mínima de infrequência que é de 75%. Percebe-se que há um importante material para as buscas ativas. Para além dos estudos e das estatísticas, a busca ativa visa identificar situações de vulnerabilidades e riscos sociais, bem como compreender a realidade na qual os alunos estão inseridos.

As buscas ativas continuam a pleno vigor, buscando incentivar o retorno a comunidade escolar e oferecer alternativas, através de ações complementares e articuladas. Quanto aos alunos infrequentes, cuja adesão escolar recai para a possibilidade de não aproveitamento do saber de forma satisfatória e também para a possibilidade de reprovação automática, além do atendimento grupal e individual, entrevistamos a família para melhor apreender a realidade a qual estão inseridos.

3 CONCLUSÃO

No desenvolvimento do presente estudo, buscou-se decifrar as recentes mediações que ocorrem as expressões da questão social. O foco no trabalho do serviço social no combate a infrequência e evasão escolar descortinou uma série de vulnerabilidades, que antes já existiam, mas que foram potencializadas pós período pandêmico.

Após o período de suspensão do período escolar *in locus*, o retorno aos bancos escolares estão ainda mais ameaçados e a busca ativa é uma das estratégias buscadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. O trabalho envolve múltiplos saberes, ou seja, deve estar em consonância com a equipe multidisciplinar e a rede intersetorial. O engajamento dos estudantes ainda é um grande desafio e requer investimentos eficazes.

Claro que não esgotamos aqui a temática que envolve as múltiplas expressões da questão social manifestadas no ambiente escolar que é objeto de estudo. Entende-se que a escola está inserida na política de educação e que possui uma intrínseca relação com a reprodução social. Diante disso, é necessário apreender a educação como um complexo inserido em um sistema no qual a pobreza persiste.

Acreditamos que a educação, a partir da pandemia, tem novos capítulos de superações e desafios para as lutas sociais. Temos que ter novas alternativas que não criminalize as famílias e que coloque efetivamente a educação no patamar de direito social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CFESS. Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Brasília. 2012. 66 p.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A política nacional de assistência social e o SUAS. In: COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; SILVA, Maria Ozanira da Silva. O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística .Agencia de notícias. PNAD ,2022.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php/>

Instituto Ayrton Senna. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/conteudos/mapeamento-aponta-que-70-por-cento-dos-estudantes-de-SP-relatam-sintomas-de-depressao.html>

MACENO, Talvanes Eugênio. A Impossibilidade da Universalização da Educação. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

MÉSZÁROS, István. A Educação Para Além do Capital. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: A intersetorialidade na agenda das políticas sociais. Organizadores: Giselle Lavinias Monnerat; Ney Luiz Teixeira de Almeida; Rosimary Gonçalves de Souza. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

TEIXEIRA, Anísio. A crise educacional brasileira. In: A educação e a crise brasileira. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.

_____. Educação não é Privilégio. Editora UFRJ, 5ª edição, 1994.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. São Paulo: Cortez, 2009.